A Palestina tem direito a um futuro | Carta semanal 48 (2026)



Inass Yassin (Palestina), *Mohammed volta para casa*, 2024.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

O inverno se aproxima de Gaza. Para mais de dois milhões de palestinos, as necessidades básicas continuarão sem ser atendidas, enquanto chegam a chuva e o frio, que colocam as crianças especificamente em risco, além das famílias continuarem temendo os bombardeios israelenses. Enquanto as câmeras se voltam para outros lugares, a destruição continua marcando o cotidiano. A Agência das Nações Unidas de Assistência aos

Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) **relata** que seus estoques de óleo lubrificante para geradores estão completamente esgotados há várias semanas, que 84% da população está sofrendo interrupções frequentes e imprevisíveis no acesso à água potável, segura e confiável, e que 1,98 milhão de pessoas (94% da população) precisam de abrigo e assistência não alimentar. O ataque dos EUA à UNRWA, que **começou** em 2018 sob a presidência de Donald Trump e continuou sob a de Joe Biden, ajudou a desencadear uma crise de financiamento mais ampla: até o final de **janeiro de 2024**, quinze países haviam suspendido o financiamento à UNRWA, incluindo nove que, juntos, haviam fornecido mais da metade do orçamento da agência em 2022. A maioria deles restabeleceu o apoio posteriormente, mas os Estados Unidos não. O cronograma do abandono é menos importante do que a realidade de que os palestinos em Gaza agora lutam pela simples sobrevivência.

O **Conselho de Paz**, criado pelos EUA, argumentou que a UNRWA não tem lugar em Gaza e que suas funções podem ser assumidas por outros parceiros. Desenvolvimentos perigosos também estão em curso em outras partes do sistema da ONU. O novo diretor executivo do Programa Mundial de Alimentos, Luke J. Lindberg, apoiou publicamente o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu durante o genocídio de Israel em Gaza e anteriormente atuou no governo Trump. Em 20 de novembro de 2024, ele **escreveu** a Netanyahu no Instagram: "Que sua vitória seja absoluta e incondicional". A questão não se resume ao trabalho de assistência aos palestinos, que é, obviamente, vital. Trata-se da política da UNRWA. Ismail al-Thawabta, um funcionário palestino em Gaza, apontou corretamente que desmantelar a UNRWA ameaça a própria questão dos refugiados. A UNRWA, **disse ele à Al Jazeera**, foi criada para preservar a responsabilidade contínua da comunidade internacional em relação aos refugiados palestinos e não pode ser simplesmente tratada como uma contratada a ser substituída sempre que a potência ocupante se opuser a ela. Em outras palavras, a defesa da UNRWA é uma defesa do estatuto jurídico dos palestinos como refugiados e dos direitos que permanecem por resolver, incluindo o direito de retorno afirmado na **Resolução 194** da Assembleia Geral da ONU – ou seja, uma defesa dos palestinos como sujeitos políticos, e não meramente como receptores de ajuda e assistência. Para aqueles que puderem, considerem apoiar o trabalho da UNRWA com uma **doação**.



Khaled Hourani (Palestina), *Envolto em azul*, 2026.

Algumas semanas atrás, enquanto famílias palestinas tentavam defender seus campos de oliveiras e casas na Cisjordânia, conversei com acadêmicos palestinos residentes em Ramallah. Lamentamos o fracasso absoluto do mundo em deter o genocídio em Gaza e em prestar atenção à campanha de anexação em curso na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Nossa conversa também abordou as recentes eleições israelenses, nas quais os palestinos que vivem dentro das fronteiras de Israel de 1948 exerceram os limites de seus direitos políticos, votando em números históricos para protestar contra o genocídio e a ocupação: de 1,159 milhão de

eleitores árabes aptos a votar, quase um milhão compareceu às urnas, um dos maiores índices registrados em três décadas. Eles votaram na lista conjunta, uma aliança eleitoral composta por Hadash (Frente Democrática para a Paz e a Igualdade, liderada pelo Partido Comunista de Israel), Ta'al (Movimento Árabe para a Renovação) e Balad (Aliança Democrática Nacional), bem como em Ra'am (ligado ao Movimento Islâmico de Israel), que concorreu separadamente. O voto palestino garantiu um número recorde de 19 cadeiras para os partidos liderados por palestinos no Knesset, o parlamento israelense composto por 120 membros (quatro a mais que o recorde anterior de 15 em 2020) – quase um sexto do parlamento. Apesar dessa representação sem precedentes, os principais partidos israelenses se recusaram a incluir os partidos palestinos em uma coalizão governista, expondo mais uma vez a natureza segregacionista do sistema político de Israel.

Enquanto falávamos em Ramallah, concordámos que esta participação histórica foi, no entanto, significativa para o movimento pela emancipação palestina. Também discutimos as enormes manifestações de solidariedade com os palestinos em todo o mundo (os organizadores estimaram mais de dois milhões em **Jacarta**, em novembro de 2023, um milhão em **Sanaa**, em Janeiro de 2024, e mais de um milhão em **Roma**, em uutubro de 2025, por exemplo) e perguntámos porque é que uma mobilização tão extraordinária não conseguiu impedir um genocídio transmitido ao vivo. Instalou-se uma sensação de desmoralização, uma fadiga com o ataque em curso à Palestina? Porque é que nós, em todo o mundo, deveríamos continuar a nossa luta pela Palestina se ela parece inútil? Três razões deveriam nos guiar: dar alento ao povo palestino, obrigar os nossos governos a defenderem o princípio da autodeterminação palestina e exigir que os palestinos tenham direito à política.



Samia Halaby (Palestina), *Homenagem a Ghassan Kanafani*, 2017.

Alentar o moral palestino. Muito se fala da firmeza palestina – *sumud*. No entanto, a brutalidade implacável da ocupação sionista cobrou seu preço dos palestinos que lá vivem, do rio ao mar. A violência colonial estreita o horizonte da emancipação até que a sobrevivência ocupe cada minuto do dia e a libertação pareça impossível. Uma marcha em Nairóbi ou a recusa de estivadores na Bélgica em carregar equipamentos militares destinados a Israel envia uma mensagem simples através dos muros do apartheid: *sua luta pertence à consciência da humanidade, e nós continuaremos a agir em prol dela*.

A palavra "moral" pode ser facilmente mal interpretada. Os palestinos não têm a obrigação de demonstrar

coragem por todos nós. Exaustão, tristeza, medo e raiva são respostas humanas a condições insuportáveis. Não podemos admirar a *sumud* enquanto a transformamos em um fardo que os palestinos devem carregar sozinhos; nós, ao redor do mundo, também devemos assumir nossa responsabilidade. Isso significa construir laços com palestinos além das fronteiras, responsabilizar as instituições em nossos próprios países pela cumplicidade na ocupação e no genocídio e defender a presença palestina no mundo. Quando lemos literatura palestina, exibimos arte palestina ou ensinamos história palestina, impedimos que a Palestina seja reduzida a imagens de catástrofe e nos familiarizamos com os debates, o humor, a sabedoria e as aspirações da sociedade palestina. É assim que fortalecemos a solidariedade política.



Zulfa al-Sa'di (Palestina), *Homem com bode*, c. 1940s.

Autodeterminação. Duas coisas podem ser verdadeiras simultaneamente: a solução de dois Estados pode servir de pretexto para a ocupação permanente (como **argumentei** em 2017), e a estrutura de dois Estados pode preservar o compromisso internacional de impedir a anexação do território previsto para um futuro Estado palestino. Para o sistema multilateral, abandonar a ideia de um Estado palestino seria uma vitória política para Israel, removendo um grande obstáculo internacional à sua tomada permanente de Jerusalém Oriental, Gaza e Cisjordânia. É claro que os direitos palestinos não dependem de vocabulário diplomático. Mas o **parecer consultivo** da Corte Internacional de Justiça de julho de 2024, que declarou ilegal a presença contínua de Israel no Território Palestino Ocupado, também afirmou explicitamente o direito do povo palestino à autodeterminação, incluindo seu direito a um Estado independente e soberano que conviva com Israel.

Uma declaração em apoio à solução de dois Estados deve acarretar consequências: reconhecimento da Palestina, oposição à anexação, medidas contra o comércio com os assentamentos israelenses e o fim da assistência militar que sustenta a ocupação. Nossos governos não podem professar seu apoio à independência palestina nas Nações Unidas e, ao mesmo tempo, financiar a estrutura que torna a independência impossível. É nessa contradição que a política pró-Palestina pode intervir.



Tamam El-Alakhal (Palestina), *Laranjas*, 1997.

Política palestina. Durante décadas, o Estado israelense tentou suprimir a possibilidade de uma política

palestina, assassinando e prendendo líderes palestinos, classificando organizações políticas e da sociedade civil palestinas como “terroristas” e restringindo a liberdade de associação e reunião dos palestinos. O sistema prisional israelense tem servido há muito tempo como instrumento contra a organização política palestina, com líderes importantes como Marwan Barghouti e Ahmad Sa’adat presos por Israel por um quarto de século.

É por isso que a campanha **Direitos Políticos para os Palestinos**, da Assembleia Internacional dos Povos, é tão importante. Recomendo fortemente a leitura e a divulgação dos materiais desta campanha, mas este parágrafo é particularmente impactante:

> A ocupação busca impedir que as próprias prisões se tornem espaços de organização revolucionária. O uso do confinamento solitário, as constantes transferências, a proibição de comunicação e a repressão aos comitês internos de prisioneiros refletem um profundo temor: o de que, mesmo em condições de cativeiro, os palestinos continuem se organizando. O longo legado intelectual e político de prisioneiros como Walid Daqqa, que transformou décadas de encarceramento em um espaço de pensamento e escrita radical, expõe o fracasso da prisão em extinguir completamente a vida política.

Um povo que é privado de uma vida política é então apresentado ao mundo como um problema humanitário que aguarda administração. Devemos rejeitar essa perspectiva. A reconstrução exige autoridade política palestina e participação popular. A liberdade para os presos políticos, a proteção para os organizadores e a capacidade de construir instituições independentes devem estar no centro de qualquer luta séria pela paz.



Khalil Rabah (Palestina), *Aterramento,* 2022.

Colocamos nossas *keffiyehs* e marchamos com bandeiras e cartazes para exigir a autodeterminação palestina e afirmar nossa própria humanidade. O povo palestino tem o direito de permanecer, de retornar, de se autogovernar e de imaginar um futuro além das ruínas. Nossa solidariedade deve ajudar a manter esse futuro em aberto.

Recentemente, conversei com Roger Waters sobre "**Comfortably Numb Re-imagined**", sua colaboração com a cantora e compositora palestina Mona Miari. A renda da música é destinada ao **Fundo de Auxílio às Crianças da Palestina** – outra forma de transformar solidariedade em apoio material. A música inclui o verso "Hora de traçar uma nova linha na areia". Então, aqui estão as linhas que eu inscreveria nessa areia, de mim para você:

> As nações se encontram. O pão partido é compartilhado.
> Nenhum veto silencia os famintos em sua reivindicação.
> Os termos da paz são redigidos pelos marcados.
> Os mortos são chamados, cada um por seu nome em vida.
>
> E a Palestina assume seu lugar de direito.

> Seus filhos nomeiam as árvores e os campos novamente.
> Nenhuma carta sobrevive enquanto tanques dominam as ruas.
> Nenhuma paz cria raízes sob o reinado dos bombardeiros.

Cordialmente,

Vijay